



Geografia: Políticas e Democracia

**Anna Paula Lombardi
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia: Políticas e Democracia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia [recurso eletrônico] / Organizadora
Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-145-9

DOI 10.22533/at.ed.459191902

1. Geografia física. 2. Geografia humana. 3. Dinâmica espacial.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: as cidades e as dinâmicas urbanas na perspectiva política e democrática”, no volume 1, apresenta estudos de grande relevância tendo como enfoque a dinâmica espacial nas áreas urbanas e rurais no Brasil. A Ciência Geográfica através das diferentes categorias e a relação dessas são o ponto chave para compreender a complexidade de fatos e fenômenos que ocorrem nas diferentes espacialidades, logo pelo ponto de vista de autores da área de conhecimento da Geografia publicados pela editora Atena.

O volume 1, exibe 18 capítulos que tem como temática: expor a questão do uso e ocupação do solo pelo aspecto da densidade populacional, ocupação irregular, relações de gênero no espaço urbano, regularização urbana de imóveis, a questão ambiental e a agricultura familiar, áreas de lazer e os parques urbanos, a agroindústria na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir na compreensão de estudos nas cidades, abordando aspectos nas áreas urbanas e rurais e o dinamismo dessas espacialidades pelo âmbito político e democrático, é o que será exposto nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos na Ciência Geográfica que são temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO	
Judite de Azevedo do Carmo	
Willian Borges Vieira	
Beatriz de Azevedo do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919021	
CAPÍTULO 2	10
A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	
Vital António Vilelas Faria	
DOI 10.22533/at.ed.4591919022	
CAPÍTULO 3	20
RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO	
Vinícius Silva de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4591919023	
CAPÍTULO 4	30
PAISAGEM CULTURAL E GEOGRAFICIDADES NA AMAZÔNIA: A INTERFACE DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA TAPERA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA	
Loslene Neves Costa;	
Letícia Soares da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4591919024	
CAPÍTULO 5	39
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	
Ramon Alves Malta	
Rafael Guimarães Farias	
André Santos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4591919025	
CAPÍTULO 6	53
(DES)CONSTRUINDO OS PARADIGMAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	
Ana Nábila Lima Campos	
José Elias Pinheiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.4591919026	
CAPÍTULO 7	60
A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA	
Suelen Terre de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919027	

CAPÍTULO 8	68
EXCURSÕES GEOGRÁFICAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: TRAJETÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ESPACIAL E POLÍTICA	
Daniel Almeida Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.4591919028	
CAPÍTULO 9	85
CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ, MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM	
Edelson Gonçalves Marques	
Luciano Soares Gonçalves	
Valdenice dos Santos Rodrigues	
Charlene Maria da Silva Muniz	
DOI 10.22533/at.ed.4591919029	
CAPÍTULO 10	94
MINERAÇÃO DE ENERGIA NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS PARA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA BACIA SEDIMENTAR DE BARREIRINHAS	
José Francisco Belfort Brito	
Romeu Costa Araújo	
Fernando Carvalho Silva	
Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito	
DOI 10.22533/at.ed.45919190210	
CAPÍTULO 11	113
UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)	
Paulo Daniel Curti de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45919190211	
CAPÍTULO 12	124
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ANÁLISE DOS <i>CAMPI</i> ALVORADA E RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	
Geovana Prante Gasparotto	
Jennifer Sitária Petzold Mendes	
Josiane Cristina Leal Pontes	
Neudy Alexandro Demichei	
DOI 10.22533/at.ed.45919190212	
CAPÍTULO 13	133
EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA COGNIÇÃO DO SISTEMA MUNDO” NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190213	
CAPÍTULO 14	143
ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA PE	
Marina Loureiro Medeiros	
Guilherme José Ferreira de Araújo	
Edvânia Torres Aguiar Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190214	

CAPÍTULO 15	151
ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI	
Andreza de Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.45919190215	
CAPÍTULO 16	160
A INSERÇÃO DOS JOVENS DE LAGO DO JUNCO NA CONTINUIDADE DA CULTURA DO COCO BABAÇU: CONSCIENTIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO	
Matheus Andrade Marques	
DOI 10.22533/at.ed.45919190216	
CAPÍTULO 17	169
A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SUCROALCOOLEIROS NO VALE DO IVAÍ (PR) E A AÇÃO CORPORATIVA NO TERRITÓRIO	
Jhonatan dos Santos Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.45919190217	
CAPÍTULO 18	178
UMA ANÁLISE DA MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.45919190218	
SOBRE A ORGANIZADORA	186

A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

Vital António Vilelas Faria

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus
Clóvis Moura (CCM)
Teresina – Piauí

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a expansão do espaço urbano em Teresina-PI e as suas consequências. O trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica, e de campo. No campo, foi possível analisar a situação de vários complexos habitacionais construídos longe do centro da cidade, alguns a vários quilômetros da própria periferia da cidade, na intenção clara de expandir o espaço urbano, a partir da conversão do espaço rural. A expansão urbana favorece quatro dos agentes produtores do espaço – o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários; e prejudica a classe dos grupos sociais excluídos, os quais completam o grupo dos agentes produtores do espaço. Estes últimos, por sua vez são explorados através da sua mão-de-obra mal paga, durante as a construção dos empreendimentos. São igualmente alienados pela necessidade de casa própria para segurança das famílias, sujeitando-se a residir longe do centro da cidade, onde estão a maioria dos empregos e dos serviços. Terão que dispender quantidade maior de tempo e porcentagem maior de suas

rendas em seus deslocamentos, tornados mais problemáticos graças ao precário sistema de transporte público. Esta é uma situação que leva ao agravamento da pobreza. A mão protetora do Estado só protege os mais fortes, a classe capitalista sua parceira nos grandes investimentos, nas grandes obras de infraestruturas, através das quais acontecem os desvios obscuros de verbas que por sua vez levam à sobre-elevação das contas desses empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Espaço Urbano. Expansão urbana.

ABSTRACT: The purpose of this work is to analyze the expansion of the urban space in Teresina-PI and its consequences. The work was based on bibliographical and field research. In the field research, it was possible to analyze the situation of several housing complexes built far from the city center, some to several kilometers of the own periphery of the city, in the clear intention to expand the urban space, from the conversion of the rural space. Urban sprawl favors four space-producing agents - the state, owners of the means of production, landowners and real estate developers; and harms the class of the excluded social groups, which complete the group of the producing agents of the space. The latter, in turn, are exploited through their poorly paid labor during the construction of the

housing development. They are also alienated by the need for a home for the safety of families, subject to residing far from the city center, where most jobs and services are located. They will have to dispense a greater amount of time and a greater percentage of their incomes in their journeys, made more problematic thanks to the precarious system of public transportation. This is a situation that leads to the worsening of poverty. The protective hand of the state protects only the strongest, the capitalist class, who is its partner in the great investments, in the great works of infrastructure, through which dubious diversions of the funds take place, which in turn lead to the super-elevation of accounts of these constructions.

KEYWORDS: State. Urban Space. Urban sprawl.

1 | INTRODUÇÃO

Situada geograficamente na posição de latitude 05° 05' 20" S, e longitude 42° 48' 07" W, com altitude média de 72 metros, Teresina é a cidade capital do estado do Piauí. Com a população estimada de 814.230 habitantes e a área de 1.391,981 km² – média de 584,94 hab./km² (IBGE, 2010), Teresina, “a Mesopotâmia Brasileira” – por ficar situada entre os rios Parnaíba e Poti – tem problemas idênticos às outras capitais ou grandes cidades que caracterizam os grandes centros urbanos do país.



Figura 1: Mapa de localização de Teresina

Fonte: <https://www.google.com.br/#q=mapa+de+localiza%C3%A7%C3%A3o+de+teresina>

O trabalho de análise à expansão urbana na cidade de Teresina tem por objetivo, evidenciar quem são os agentes principais dessa expansão, e quais os seus efeitos sociais. Pretende se evidenciar igualmente os intentos dos principais agentes produtores do espaço, nesta expansão. Quem beneficia e quem é prejudicado na ação expansionista da área urbana de Teresina; a interação dos vários agentes da produção do espaço e a participação do Estado como elemento preponderante.

Este trabalho foi produzido a partir de pesquisas em aulas de campo, onde foram coletados dados, posteriormente elaborados e processados com a ajuda de registros fotográficos. A estruturação das ideias foi fundamentada a partir de pesquisa

bibliográfica, com destaque para obras de David Harvey, Milton Santos, Lobato Corrêa, Maria E. Sposito, Raquel Rolnik e Cesar Santos.

2 | EXPANSÃO URBANA: RETRATOS DA DINÂMICA DE UM ESPAÇO EM CONSTANTE MUTAÇÃO

Usando palavras de Harvey (1980), diremos que “a cidade é um conjunto complexo”. E, podemos acrescentar que é a própria complexidade da cidade quem fornece a maioria das dificuldades aos seus habitantes. Entretanto, devemos juntar a esse fato, o que nos faz entender Rolnik (1995): o poder do capitalismo e o poder político, associados, têm a capacidade de transformar a cidade. Primeiro eles mercantilizam o espaço e com isso dividem a sociedade em classes. Harvey, na sua obra *A justiça social e a cidade*, fala também de conceitos deficientes do complexo cidade.

Há de fato conceitos que devem ser revistos e redefinidos, como o de desenvolvimento – neste caso, urbano – o qual deve ser assente em princípios modernos do que será qualidade de vida. O conceito de desenvolvimento (urbano) deve assentar em qualidade de vida, baseada em valores ecológicos, tais como saneamento básico e preservação ambiental. A qualidade de vida urbana pode completar-se com boas condições de mobilidade, segurança e igualdade social. Este conjunto de elementos, que podemos associar à qualidade de vida nas cidades, forma a complexidade referida por Harvey, à qual o autor também refere que precisa ser decodificada para que sejam conhecidas as prioridades e as formas de ação a levar a cabo. Tudo terá a ver com questões sociológicas e espaciais.

Harvey (1973) dá a perceber que o comportamento social da população, está relacionado geograficamente e com a forma espacial que a cidade acaba por assumir. Assim, é importante que todos os elementos constituintes da complexidade que é a cidade, sejam decodificados, entendidos corretamente, para que possam ser solucionados. As formas espaciais que vão sendo definidas por questões avulsas, sem nenhum planejamento – caso das favelas e outras ocupações – com o passar do tempo acabam por se institucionalizar. Ao se institucionalizarem essas formas espaciais, são também institucionalizados “alguns carimbos” que rotulam os habitantes desses espaços. “Carimbos” esses que acabam segregando e estigmatizando esses mesmos habitantes. Que carimbos são esses? Fulano ou fulana mora em tal lugar: “é favelado”; “é da periferia”.

O estudo histórico das cidades por parte da Geografia é importante para poder entender para além da própria paisagem urbana, assim nos faz entender Spósito (2010).

Para se entender a cidade, é preciso considerar todas as determinantes: econômicas, sociais, políticas e culturais, que no decorrer do tempo constroem, transformam e reconstróem a cidade. Assim, podemos entendê-la na sua dinâmica de um espaço que está em constante mutação por conta da fluência das relações sociais.

Segundo Spósito (2010), um dos motivos que levam à expansão do espaço urbano são os urbanos dormitórios, criados com o objetivo de fugir ao preço elevado dos imóveis perto do centro da cidade. Outro motivo e mais ambicioso, são os condomínios fechados, privados e de luxo, que embora possam ser também dormitórios, agregam outro simbolismo e outros valores. Estes atraem as pessoas da sociedade com maior capacidade financeira, oferecendo tranquilidade e segurança, além de poderem viver numa atmosfera mais pura do que no centro da cidade. Este tipo de condomínios fechados caracteriza dois tipos de segregação, segundo Milton Santos (2010): “auto segregação”, e, “segregação imposta”, já que os moradores se auto segregam ao levantarem altos muros de proteção, acabando por impor também a segregação aos que ficam de fora.

Dado o conjunto de vantagens que oferecem, estes condomínios custam caro, o que os faz perfilar como grandes negócios para o capitalismo. Isto, numa vez que o terreno ora urbanizado era tão somente um terreno rural pouco explorado ou até mesmo abandonado, caracterizando-o de pouco valor, considerando aqui, a periferia de uma cidade como Teresina, vítima de um clima essencialmente seco e pouco produtivo em termos agrícolas. A infraestrutura que viabiliza a construção destes condomínios, em boa parte foi apoiada pelo Estado, que faz parte do grupo de produtores do espaço.

O desenvolvimento da indústria e a necessidade de sediá-la perto dos grandes centros urbanos é outro influente motivo para a expansão urbana, pois atrai mais moradores que se traduzem na necessidade de mais moradias. Contudo, e apesar de fortes, estes ainda não são os grandes motivos da expansão e nem os que acarretam maiores efeitos negativos.

Santos (2006), no seu artigo “*Dos Negócios na Cidade à Cidade Como Negócio*” faz-nos entender que a sobreacumulação de capital se dá, quando o capital acumulado não tem espaço para investimento naquele mesmo ramo onde foi gerado. Esse capital precisa de novos circuitos de valorização. Circuitos esses que o capitalismo encontrou no espaço urbano, através do ramo imobiliário. A cidade tornou-se assim, como mercadoria que alimenta as vertentes de fuga do capitalismo. No entanto, ela vinca a seletividade e a desigualdade. Tudo o que é feito pela força do dinheiro, é seletivo e provoca desequilíbrios sociais. Os culpados são os agentes produtores do espaço. Principalmente três – de um grupo de cinco, propostos por Corrêa (2003) – os proprietários fundiários; os promotores imobiliários e o Estado. Os outros são os proprietários dos meios de produção e os agentes sociais excluídos.

Sobre os agentes produtores do espaço, Corrêa diz-nos que,

a ação destes agentes é feita dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco, porém, não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, numa retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante (CORREA, 2003, p. 12).

Estes agentes têm interesses comuns e organizam-se estrategicamente em prol

desses interesses. Como o dinheiro “tudo pode”, estes agentes, de posse do capital, ou apoiados por capitalistas, se organizam para explorar da forma mais rentável, os espaços existentes e, produzir novos e rentáveis espaços, quando necessário.

A necessidade do capitalismo de arranjar caminhos para que o capital não fique parado leva a importantes parcerias. Um dos parceiros mais importantes é o Estado. O mesmo Estado que tem a obrigação de usar a sua mão protetora em favor dos mais desfavorecidos, mas que usa as suas duas mãos para proteger o capitalismo. Este importante parceiro – o Estado – é quem abre o caminho ao investimento do capital dos outros dois grandes produtores do espaço, aqui trabalhados.

É o Estado o responsável pelas grandes obras, pelas estruturas de longa duração; ou seja, as pontes, as ferrovias, as estradas, as ruas, o saneamento básico, os parques públicos e os conjuntos habitacionais. Estes últimos, inclusive servem para delimitar as novas periferias da cidade, pois são construídos, por vezes, muito para lá das periferias ora existentes, deixando uma vasta área vazia, pronta para qualquer investimento capitalista.

Estas infraestruturas, como refere Harvey (1980), transformam o espaço, dotando-o do necessário suporte para o aumento da velocidade das transações. Sabemos que o capitalismo procura as formas de abreviar o tempo de realização das transações e respectivamente do lucro, e que essa é a grande batalha do capitalismo. Logo, uma nova zona urbana, sem infraestruturas, demoraria a ser valorizada e a trazer os esperados retornos de capital. Por isso é tão importante a participação do Estado.

O capitalismo arranjou assim uma saída para eventuais crises de sobreacumulação, no espaço urbano, que se tornou num dos seus alvos preferidos. De tal forma, que contemporaneamente e desde há algum tempo o ramo imobiliário atingiu um enorme peso na economia de alguns centros urbanos. Nos Estados Unidos, por exemplo, o ramo imobiliário tem grande peso na economia nacional. A nível do Brasil, podemos citar as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro como bons exemplos de centros urbanos, metrópoles, onde o ramo imobiliário tem um enorme peso na economia.

Historicamente, podemos referir que, desde que os juros de depósitos a prazo baixaram para valores insignificantes, os capitalistas viram nos imóveis uma ótima forma de aplicação do seu capital e um ótimo rendimento. Quem conhece o ramo imobiliário sabe que quem investe no ramo, nunca perde, pois, os imóveis não desvalorizam o necessário para que isso aconteça, mesmo que se estabeleça alguma crise económica. Podem haver oscilações de valor por conta de alguma crise económica do próprio país, mas o que poderá acontecer é o lucro não ser o planeado, no período previamente projetado, mas nunca deixa de ser lucro.

A cidade que foi o lugar de fazer negócios, tornou-se ela própria num negócio. A forma como o poder atua sobre o espaço, ajusta-se à medida que a sociedade se modifica. Como o capital é o principal fator de suporte às mudanças, não é difícil aos donos do capital se ajustarem a novas realidades. Até mesmo se levarmos em conta

que um dos principais elementos produtores do espaço, que é o Estado, sempre está interessado em fazer parcerias com o capitalismo, se posicionando favoravelmente e disponibilizando-se para proporcionar as necessárias infraestruturas, àquilo a que chama de desenvolvimento. Mas que, na verdade, é um desenvolvimento desigual que, em muitos casos, apenas significa o legitimar da progressão capitalista.

Segundo Milton Santos (2006), na impossibilidade de o capitalismo encontrar em território urbano possibilidades de deslocamento de capitais para regiões de certo modo virgens, em termos de infraestruturas, pertencente a ciclos com uma menor exigência de velocidade de circulação, o capital deve voltar-se para uma reordenação espacial no interior mesmo das cidades.

Por vezes acontece a migração temporária ou sazonal do capital. Neste caso, os vazios ficam como autênticos espaços de reserva, aguardando novos investimentos produtivos ou imobiliários, de acordo com previsões por parte do poder público. O Estado, interessado no movimento do capital, e nas parcerias com os capitalistas, utiliza o desígnio de utilidade pública para promover a cidade como um negócio privado. Se não há mais espaço para o capital, é necessário inventá-lo, dessa forma os agentes imobiliários, apoiados pelos agentes fundiários, pressionam as autoridades para favorecê-los através de leis municipais que lhes permitam a expansão do capital, rentabilizando os vazios.

É hábito ouvir dizer a esses agentes que, *“terra não come pão – numa alusão ao fato de a terra não dar despesa – por isso pode ficar o tempo que for necessário”* – até que chegue o momento de vender por um bom preço, garantindo um bom lucro.

A teoria de que o espaço urbano seja entendido como produto social e histórico, se constituindo a partir dos conteúdos de uma relação indissociável entre homem e espaço, é quebrada a partir do momento em que são erigidas as barreiras da segregação, da seletividade e da desigualdade social.

A desigualdade social começou quando o homem iniciou a vida em sociedade. Existem estudos que indicam que o homem vive em sociedade e em desigualdade social há mais de sete mil anos. Mas nesta época todo aquele que se sobressaía dos outros, como mais forte ou mais sábio, passava a ser respeitado e seguido. Era uma ascendência natural e a diferença de status não era tão significativa. O que aconteceu posteriormente é que preocupa, pois desde então a desigualdade se agrava a cada dia.

Outra forma de entendermos a desigualdade social e a sua origem, é ligando-a ao surgimento do dinheiro. Desde que o dinheiro passou a ser o instrumento de comando, para tudo, nas sociedades, a desigualdade social foi se agravando à medida que uns foram ficando mais ricos e outros mais pobres. Nas cidades contemporâneas é por essa via que acontece o agravamento da desigualdade social. Quem tem mais dinheiro escolhe o lugar onde morar. Os produtores do espaço conhecendo a importância do dinheiro, ajustam o preço dos imóveis e assim, fazem a seletividade. Os ricos a um lado, os pobres a outro. Isto mesmo, porque uns não toleram os outros e muito menos

viver em conjunto. É a partir desta seleção que os pobres são atirados para a periferia ou até mesmo, para lá da periferia.

3 | A EXPANSÃO URBANA DE TERESINA

A cidade de Teresina tem alguns pontos periféricos que são bons exemplos de seletividade, segregação, estigmatização e, de modo geral, o espelho da desigualdade social. Assim, podemos citar o Vale do Gavião, a outra face da Zona Leste – zona mais rica da cidade – como sendo uma zona caracterizada pela seletividade, pois só vai morar ali quem é pobre. Ao mesmo tempo em que é também uma zona segregada e que por via de todas as suas carências ou deficiências, principalmente ao nível da segurança – o que é um dos fatores mais preocupantes – se tornou também uma zona estigmatizada. A delinquência ali é evidente, e isso, de certa forma, “carimba” os moradores, que vêm fechar se muitas portas, quando o assunto é emprego, por exemplo.

O Vale do Gavião, embora pertença à zona Leste, é um bairro praticamente desligado da cidade, conhecido por ser violento e, estigmatizado por isso. Um conjunto habitacional com precário sistema de interligação com o centro da cidade, onde está a grande concentração de empregos e serviços. Esse contraste verificado numa mesma Zona da cidade (Zona Leste), e que pode ser observado na figura 2, é o retrato fiel do resultado das políticas sociais do Estado, que, não visam de forma nenhuma a abrangência e a harmonização da sociedade no todo, mas sim de uma fração da sociedade. David Harvey fala de conciliar e harmonizar políticas, com objetivos sociais coerentes:

qualquer estratégia abrangente, para lidar com sistemas urbanos, deve conter e reconciliar políticas destinadas a mudar a forma espacial da cidade, e políticas destinadas a afetar os processos sociais que existem na cidade. Mas o ideal seria estarmos aptos a harmonizar essas políticas, para obter algum objetivo social coerente. Estamos distantes de tal capacidade, atualmente. (HARVEY, 1973, p. 97).



Figura 2. As duas faces contrastantes da zona leste de Teresina: Jockey Clube e Vale do Gavião.

Fonte: Do autor

Os bairros pobres das periferias das grandes cidades acumulam desvantagens. Estas desvantagens são tanto dos moradores como do Estado, mas em relação a este último, nem parece, dada a forma fácil como permite que esses bairros sejam construídos.

A primeira desvantagem é a vasta área ocupada com o crescimento horizontal do território urbano. Podíamos aqui referir-nos a vários fatores adversos provocados por essa forma de expansão urbana, começando pela questão ecológica. Mas vamos deter-nos apenas nas desvantagens económicas e sociais. Essa vasta área ocupada, provoca elevadas despesas de saneamento básico, instalação de redes elétricas e de água potável, parte que cabe ao Estado garantir e ao qual é debitada. Vem ainda o policiamento que é uma desvantagem dividida pelo Estado e pela população. O Estado é quem paga, mas porque o número de efetivos militares obrigatoriamente terá de ser aumentado para conseguir dar cobertura, esse aumento do efetivo engorda o orçamento do Estado. Em resultado, geralmente o efetivo não é aumentado e o policiamento é feito deficientemente, sobrando como efeito dessa deficiência a proliferação da delinquência, com a qual as populações desses bairros são obrigadas a conviver. É o caso do Vale do Gavião e de outros bairros de Teresina.

O saneamento básico por ser caro, é mal executado afim de poupar no orçamento; o abastecimento de água potável por ser mal dimensionado, não consegue abastecer a população desses bairros; as redes de energia elétrica não transportam a potência necessária, por falta de dimensionamento adequado, o que acaba prejudicando os moradores. Todas estas estruturas de abastecimento aos bairros periféricos, por dimensionamentos deficientes ou orçamentos desajustados, provocam um somatório de desvantagens para as populações que ali habitam. O Estado, quando questionado, por vezes, desculpa se com as crises económicas que se sucedem, mas os custos poderiam ser menores se a opção, tivesse sido, o crescimento vertical da cidade. Por outro lado, o fato dos bairros pobres ficarem distantes do centro da cidade, obriga os moradores a mais longas deslocações para acesso aos postos de trabalho ou aos serviços situados, na sua maioria, no centro da cidade. Esta população já de si pobre, fica sujeita a maiores despesas de transportes públicos e maiores perdas de tempo na ida e vinda, o que representa o agravamento da pobreza.

O bairro de Teresina que mais caracteriza a expansão urbana é o complexo urbano Residencial Jacinta Andrade. O portal deste complexo dista mais de sete quilómetros da periferia da cidade, cujo limite se considera a ponte Mariano Gaioso, sobre o rio Poti. Os problemas de abastecimentos básicos que afetam este bairro são os mesmos já descritos e que são comuns a todos os bairros pobres, periféricos. Este, porém dada a sua magnitude, tem a particularidade de possuir um posto de polícia militar dentro do próprio bairro. Mas, por ser um bairro enorme tem a agravante da falta de abastecimento de água e de energia elétrica.

Os bairros mais distantes, por ficarem tão longe e pelo deficiente abastecimento, acabam por desincentivar a sua ocupação, por parte de muitas pessoas que ali têm

a sua casa, mas que não a habitam. Isso leva por vezes ao conflito com pessoas que tentam ocupar essas casas. Esse é um problema geral dos bairros periféricos de Teresina.



Figura 3: Corte da metade norte do mapa de Teresina evidenciando o extremo norte e o extremo leste onde ficam respectivamente os complexos urbanos (A) Jacinta Andrade e (B) Vale do Gavião.

Fonte: Adaptado a partir do Google maps.

Relativamente ao complexo urbano, Jacinta Andrade, a razão implícita da distância deste bairro é a vasta área vazia que ficou entre este bairro e a periferia da cidade. Uma área que abrange um vasto recanto proporcionado pela margem Este do rio Parnaíba que deriva para Norte/Noroeste e pela margem Norte do rio Poti que segue no sentido Oeste até se encontrar com o Parnaíba. Esta área rural, ora transformada em área urbana pela delimitação “imposta” pelo complexo Residencial Jacinta Andrade, é o que mais fielmente caracteriza a expansão urbana na cidade e todo o interesse que a mesma encerra, provocada pelos principais produtores do espaço aqui tratados: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado. O recanto formado pelo encontro dos rios, entre a margem Norte do rio Poti e a margem Este do rio Parnaíba, acessado pela Avenida Poti Velho que atravessa toda aquela faixa, pode vir a caracterizar “uma nova cidade entre rios”, pela parte de fora, facto que torna aquela zona muito atrativa ao investimento privado. Os principais agentes já possuem vários projetos para aquele espaço, visando o seu lucro, enquanto os agentes sociais excluídos já sofrem com a seletividade, a segregação e o agravamento da pobreza, por eles impostos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Harvey (1980), “o fluxo do investimento capitalista para áreas preferenciais que não beneficia as classes mais desfavorecidas – fluxo que o capitalismo

nunca vai reverter – só pode ser travado ou revertido pela mão do governo”. Posto isto, constatamos que esse fluxo dificilmente irá ser revertido, ou sequer freado pelo Estado, pois ele é aliado dos outros agentes capitalistas. Da mesma forma o benefício vai continuar fluindo na mesma direção – a do capitalismo. Os mais desfavorecidos continuarão mais desfavorecidos a bem do capital. O ramo imobiliário atingiu grande preponderância na economia e o Estado precisa que ela se mantenha aquecida e estável. Se a taxa de lucros for muito baixa, a regulação estatal providenciará as necessárias saídas.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, César Ricardo Simoni. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. **CIDADES**, v. 3, n. 5, 2006, p. 101-122.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

IBGE. IBGE Cidades. **Teresina**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=221100>>. Acessado em 4 de jun. de 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-145-9

